

UMA NOVA VELHA RETÓRICA:
O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE LOCAL

Edson Soares Fialho
Departamento de Geografia
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
Campus Universitário – Viçosa – MG
36570-000
E-mail: fialho@ufv.br

Resumo: Após o advento da *Rio-92*, o sentimento e a esperança por um mundo melhor afloraram em todas as pessoas de boa fé. Entretanto, após duas décadas, as palavras de ânimo se tornaram um discurso ultrapassado, que, apesar de tudo, ainda é utilizado para se qualificar uma preocupação com a atual situação socioeconômica e ambiental do planeta Terra. Nesse sentido, o presente trabalho busca abordar a temática do desenvolvimento sustentável, à luz do desenvolvimento local, e os fatores limitantes de tal idéia, muito divulgada pela Agenda 21, porém pouco implementada nas cidades do mundo.

Palavras-chave: Geografia; Desenvolvimento; Rio-92.

Abstract: After the coming of the Rio-92, the feeling and the hope for a better world surfaced in good faith in all of the people. However, after two decades, the vitality words became in outdated speech, that in spite of everything, it is still used to qualify a concern with the current socioeconomic and environmental situation of the planet Earth. In this sense, the present work, search to approach the theme of the maintainable development, the light of the local development and the restrictive factors of such an idea very published by the calendar 21, however little implemented in the cities of the world.

Key-words: Geography; Development; Rio-92.

O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE.

O termo desenvolvimento sustentável nos remete à Conferência *Rio-92* – onde se cunhou tal termo, advindo do conceito de Ecodesenvolvimen-

to¹, sistematizado por Sachs [1] – e sinaliza a procura por uma alternativa ao modelo de desenvolvimento vigente, identificado como insustentado, na medida em que: a) modificou os ciclos biogeoquímicos; b) ultrapassou os limites biofísicos; e c) acumula de maneira intensa e indiscriminada a matéria, a energia e a riqueza. A explicação para tantas mazelas decorre da adoção de uma noção de tempo contínuo, linear, patrocinada pela visão equivocada de crer que a ciência é capaz de minimizar os efeitos do progresso.

Apesar das preocupações ambientais ganharem relevância nos meios de telecomunicação, os empreendedores não abraçaram a causa, em razão da mentalidade conservadora, que fora defendida pelo Brasil² na Conferência de Estocolmo – 1972, cujo slogan foi “*A pior poluição é a da pobreza*” [2], embora as pressões humanas sobre a base dos recursos naturais, o aumento do contingente populacional, o uso de tecnologia de baixa eficiência energética e o consumo ilimitado continuassem a pressionar o aumento do nível de entropia³.

Diante de tal conflito, este trabalho procura refletir sobre as condições de criação de uma sociedade sustentável, à luz do desenvolvimento local. Nesse sentido, uma questão se apresenta: será que a humanidade, baseada em um modelo individualista⁴, reducionista e causalista é capaz de renunciar ao crescimento quantitativo da economia em troca da preservação dos recursos naturais ou de determinado padrão de qualidade do ambiente?

A busca por essa resposta, por conseguinte, criou condições para o ressurgimento de uma ética⁵ direcionada e/ou preocupada com a preservação [3] e o desenvolvimento de medidas restritivas (consumo/produção), que passariam a ser adotadas, a fim de cunhar um crescimento e uma sociedade sustentável (Tabela 1). Pelo menos no mundo das idéias, a solução do dilema (conservação e crescimento) estaria encaminhada, criando as bases para um novo paradigma ambiental.

¹ Ecodesenvolvimento é definido como o desenvolvimento endógeno e, dependendo de suas próprias forças, submetido à lógica das necessidades do conjunto da população, consciente de sua dimensão ecológica, busca estabelecer uma relação de harmonia entre o homem e a natureza. No entanto, os conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável (viável) são mínimos. O conceito de desenvolvimento viável não decorre de nenhum finalismo *a priori*, e não parte do preconceito de uma lógica de necessidades básicas do conjunto da população, implicando, assim, a postulação de uma regra de equidade.

² A Conferência de Estocolmo, além de chamar a atenção do mundo para os problemas ambientais, também gerou controvérsias. Os representantes dos países em desenvolvimento acusaram os países industrializados de quererem limitar seus programas de desenvolvimento, usando as políticas ambientais de controle de poluição como meio de inibir a sua capacidade de competição no mercado internacional. E a delegação brasileira chegou a informar que o Brasil não se importaria em pagar o

Tabela 1. Atributos socioeconômicos, culturais, políticos e ambientais de sociedades não sustentáveis e sustentáveis.

Sociedade não Sustentável	Sociedade Sustentável
Taxa do fluxo energético-material ao nível máximo.	Taxa de fluxo energético-material ao nível mínimo.
Taxa do fluxo informacional ao nível máximo, excedente à capacidade de assimilação.	Taxa do fluxo informacional, não excelente à capacidade de assimilação.
População a crescer em progressão geométrica.	População a crescer em progressão aritmética.
Diversidade cultural pouco protegida.	População muito controlada.
Crescimento econômico essencialmente quantitativo.	Diversidade cultural muito protegida.
Artefatos não constantes, em geral sem reposição.	Crescimento econômico essencialmente qualitativo.
Baixa qualidade de vida da população em geral.	Artefatos constantes, em geral com reposição.
Soberania absoluta.	Alta qualidade de vida da população em geral.
	Soberania relativa

Todavia, o desenvolvimento sustentável ainda não é operacionalizável ao nível local e, por causa disso, o desenvolvimento local se deteriora, a qualidade de vida piora e a existência de conflitos amplia-se, impedindo a construção de soluções dos problemas cotidianos das populações locais rurais e urbanas.

Esses fatos estabelecem um ciclo vicioso entre a degradação ambiental e a pobreza, corroborado pelo Relatório Brundtland, que ignora a existên-

preço da degradação ambiental, desde que o resultado fosse o aumento do seu Produto Interno Bruto (DIAS, 2000, p. 79).

³ A entropia é o índice de disponibilidade de energia e matéria em sua forma ordenada. Por exemplo: uma reserva de recursos naturais inexplorada apresenta baixa entropia, que vai aumentando à medida que o seu uso vai aumentando a produção de rejeitos, gerando, assim, uma alta entropia.

⁴ O modelo individualista do capitalismo está baseado na metáfora da mão invisível, cunhada por Adam Smith, economista inglês, que defende a primícia do interesse particular. Para o mesmo, esse objetivo individual sempre será adequado ao coletivo; então, qualquer ação humana realizada da perspectiva do cálculo da vantagem individual seria benéfica para o conjunto da população. Contudo, se continuarmos a adotar essa premissa e agir sempre segundo interesses individuais não haverá uma solução de ordem técnica ao problema do crescimento da população, uma questão ainda muito importante nos dias de hoje, visto que a perspectiva para o ano de 2050 é de um contingente superior a 8 bilhões de habitantes.

⁵ Leis e D'Amato (1995) sustentam que a expansão do ecologismo expressa, antes de tudo, um ressurgimento ético que tenta evadir-se da postura individualista e antropocêntrica para atingir postura coletiva e biocêntrica. Parece razoável entender a educação para a gestão ambiental como uma estratégia educativa que parte do princípio de que é necessário proceder a avanços cautelosos,

cia de outras relações presentes nesse círculo, assim como as conseqüências do êxodo rural, o processo de modernização conservadora, a concentração fundiária, a estrutura de crescimento da população urbana, que encontra na cidade uma caixa de ressonância para a amplificação dos problemas relacionados à qualidade de vida.

Os problemas que causam a perda da qualidade de vida na área urbana e rural são comuns, no entanto, no meio urbano, as principais aglomerações urbanas registram uma queda acentuada, pois produzem um elevado custo econômico para o poder público e para a sociedade, sendo que o custo social é maior para a parcela mais desfavorecida economicamente da sociedade, conforme afirma Davidovich [5]. Diante desse novo desafio, as empresas, principalmente as que oferecem maiores riscos [6]⁶ (Tabela 2), estão mais atentas a novos procedimentos de adaptação e manejo dos seus sistemas operacionais, seja por auditorias ambientais, seja por projetos de preservação ambiental ou ações para evitar que o meio ambiente possa ser prejudicado.

Tabela 2. Tipos de Indústrias que apresentam grande risco ambiental.

Indústrias	Ar	Água	Recursos	Total
Minerais não metálicos	3	3	3	9
Metalurgia	3	3	3	9
Química	3	3	2	8
Papel e Celulose	1	3	3	7
Material de Transporte	2	3	1	6
Madeira	2	1	3	6
Alimentos	1	2	3	6
Bebidas	2	3	1	6
Têxtil	2	2	1	5
Material Elétrico	1	2	1	4
Borracha	1	1	2	4
Couros e Pele	1	2	1	4
Perfumaria	0	3	1	4
Plásticos	1	1	1	3

Fonte: Filho [7].

progressivos, passo a passo em direção à utopia ecológica, sem abandonar radicalmente o realismo pragmático da sociedade moderna.

⁶ Segundo Poveda [6], o risco é visto como sendo uma probabilidade abstrata de possíveis danos; diferente de perigo, que é uma probabilidade concreta de dano.

Os atributos se referem aos níveis de dano ambiental. 0 – baixo potencial e 3 alto potencial

Ar – Poluição do ar; Água – Poluição dos recursos hídricos; Recursos: Demanda por matéria-prima.

Cabe salientar que essas atividades não são desprezíveis, pois as mesmas têm a finalidade de divulgar práticas vinculadas à causa ambiental, criando uma ligação entre uma nova imagem de ecoeficiência por razões econômicas, ou seja, pensando em obter novos mercados e dividendos a partir da preocupação ambiental. Porém, existem divergências quanto a essa estratégia adotadas pelas empresas, pois ao dizer que valorizam princípios da responsabilidade, muitas dessas ainda reproduzem o sistema de produção obsoleto, que, segundo Franca et. al.[8], não é compatível para a construção de uma sociedade sustentável.

Com o advento do paradigma ambiental, as preocupações relacionadas a conservação do meio ambiente, se tornaram um componente na avaliação estratégica e nas decisões empresariais, podendo se converter ou não em situações favoráveis em função da forma como as mesmas decidem administrar a relação com o meio ambiente e o mercado.

Esse novo fato contrasta com as atitudes despreocupadas que predominaram num passado recente, embora as práticas em algumas regiões sejam similares às do século passado, que podem ser compreendidas a partir da leitura das frases contidas na Tabela 3, que demonstram como a questão ambiental é abordada, desde 1960 até os dias de hoje, pelo setor empresarial.

Tabela 3. *Slogans* Ambientais que caracterizaram o pensamento dos setores empresariais.

Frases	Observações
O problema não existe.	Esta é a frase que predominou até o final dos anos de 1960.
O problema existe, mas não é meu.	Reação do meio empresarial e corporativo às pressões das comunidades e movimentos ambientalistas, principalmente, na década de 1970, normalmente, contra os problemas relacionados à poluição do ar e à contaminação dos recursos hídricos.
O problema existe e eu sei resolvê-lo.	Ainda uma reação frente às pressões, mas já com soluções, no final do processo, como a colocação de filtros de poluentes antes de seu envio para fora da fábrica ou, ainda, para longe da fábrica e das comunidades mais influentes.
O problema pode ser reduzido ou eliminado na origem.	Corresponde ao movimento mais recente em direção à produção limpa ou mais limpa. Representa mudança no processo de aproveitamento das matérias-primas, ou seja, uma melhor ecoeficiência.

Fonte: Adaptado de Kishiname et. al. [9].

É necessário enfatizar que esse pragmatismo de tom predominantemente antropocêntrico tem um exclusivo propósito de criar o instante de sensibilização e engajamento do educando para a questão ambiental: uma etapa necessária.

A compreensão dessa problemática como fenômeno socioambiental lança a questão ambiental na esfera política, entendida como esfera pública das decisões comuns. A partir de sua inserção concreta na defesa e/ou disputa pelos bens ambientais, muitas lutas adquirem uma dimensão pedagógica, na medida em que instituem espaços efetivos de questionamentos, encontros, confrontos e negociações entre projetos políticos, universos culturais e interesses sociais diferentes. Para além dos seus resultados imediatos, essas lutas, tanto quanto toda Educação Ambiental⁷ orientada para a cidadania, podem contribuir de uma forma muito concreta para o avanço de um dos grandes desafios contemporâneos: a busca de possíveis novas tessituras entre a natureza e a política.

A inserção da “natureza” no discurso político pode ser vista como uma ampliação da participação da esfera pública, pois os destinos da vida, enquanto biosfera, conquistam um espaço crescente como objeto de dis-

cussão política na sociedade. Contudo, há que se manter o olhar atento para as tensões entre o *bios* e a *polis*, lembrando que, ao falar em politização da natureza pelos movimentos sociais e lutas ecológicas emancipatórias, também pode-se ver no bojo do acontecimento ambiental indícios de uma biologização da política, ou seja, a afirmação do *bios* sobre a *polis* em várias práticas e orientações ambientais.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que se a problemática socioambiental é denunciadora dos riscos que afetam a vida das populações humanas, a consciência desses riscos podem tanto atuar como uma força agregadora, contribuindo para a formação de uma comunidade de riscos compartilhados, quanto reforçar os mesmos mecanismos de desintegração social e ambiental, que tendem a acelerar a apropriação dos bens ambientais pelos interesses privados, degradando não apenas a base de sustentação material do planeta, mas também as bases dos vínculos de solidariedade social [10].

A urbanização, segundo os ambientalistas, que defendem um retorno a uma vida mais “natural”, é uma das principais causas da crise ambiental. Contudo, deve ficar registrado que o urbanismo não deve ser visto como causa primária da degradação ambiental, pois este constitui um qualificativo de causas sistêmicas e um processo de industrialização.

Se fossem utilizados como referência básica os argumentos baseados na visão malthusiana, seria possível inferir que a questão ambiental central é o tamanho da população, porém esse olhar é equivocado, uma vez que o padrão de produção e consumo é que se relaciona tanto ao nível interno de um país quanto às desigualdades verificadas no consumo entre países. Esse argumento malthusianista simplista determina a qualidade de vida e do ambiente pelo controle populacional, sem considerar que as taxas de fecundidade estão decrescendo, como no Brasil, fato que, contudo, não foi capaz de reverter os problemas de miséria, pobreza e desnutrição.

A verdade é que o sistema produtivo impede a distribuição das riquezas e, no caso específico dos alimentos, o modelo adotado leva a um desperdício. Diante disso, a luta dos ambientalistas deve ser orientada no sentido de promover a democratização das relações de gênero, de possibilitar as bases informacionais e materiais para que a família possa levar, com efeito, o propagado planejamento familiar e estimular o desenvolvimento de modelos de produção que evitem o desperdício de recursos naturais.

A negligência com a dimensão social embutida nas intervenções eco-

⁷ Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza, a Educação ambiental é definida como um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, voltado para o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à compreensão e apreciação das interações entre o homem, na sua cultura, e seu entorno biofísico [2].

nômicas de desenvolvimento tem sido, comprovadamente, a causa principal das restrições presentes na distribuição social dos benefícios gerados e a multiplicação dos problemas que se (re)produzem, segundo Cardoso [11]. O desenvolvimento da urbanização marginal, apesar de aparentemente promover uma melhoria da qualidade de vida⁸, por outro lado, faz com que a urbanização latino-americana seja segregadora, pois, quanto ao nível tecnológico, houve uma intensificação da industrialização e do crescimento de serviços urbanos em economias de mercado e capitalista; ao mesmo tempo, a população urbana de baixa renda foi marginalizada. Isso significou uma precarização das condições de vida dessa população marginal (periférica), que, ao ser colocada à margem social e ecologicamente, inicia a formação de um novo meio urbano, agora não mais dotado de cidadãos.

A (RE)PRODUÇÃO DOS PROBLEMAS DE SEMPRE...

Com o espaço geográfico cada vez mais dinâmico, em razão do uso de novas tecnologias, que viabilizam a velocidade de circulação de produtos e o incremento do consumo, num mundo capitalista que entende a natureza como elemento passível de ser privatizado e transformado em mercadoria há, como consequência, um maior distanciamento entre o tempo do ser humano e o tempo da natureza.

Numa tentativa de reduzir a demanda pelo consumo desorganizado e danoso da natureza, Layrargues [12] procura apresentar, na discussão da problemática ambiental, o papel dos serviços ambientais e seus benefícios, distribuídos pela natureza indistintamente à humanidade, com o objetivo de criar uma nova percepção que abala o princípio da propriedade privada, pois os serviços ambientais, enquanto externalidades positivas são, por excelência, um patrimônio coletivo.

Fialho [13] sugere que a sociedade moderna incorpore os serviços ambientais prestados pela natureza no sistema da contabilidade econômica, atribuindo-lhe um valor comparável aos serviços econômicos, a fim de que a sociedade alcance a sustentabilidade. Segundo o mesmo autor, a natureza pode ser compreendida como uma entidade capaz de gerar bens de duas ordens: a) produtos: recursos utilizados direta ou indiretamente na atividade econômica, como folhas, raízes, óleos, resinas, frutos, fibras, sementes, material genético e b) serviços: regulação da composição química da atmosfera, regulação do clima local, regulação do ciclo hidrológico, armaze-

⁸ A urbanização possibilitou uma ampliação das oportunidades de acesso à Educação, diminuição da taxa de mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida, dentre outras conquistas sociais [11].

namento de recursos hídricos, depuração e tratamento de resíduos poluentes, polinização, controle biológico, formação do solo, recreação, turismo, educação e, sobretudo, “obras” físicas desempenhadas pela estrutura e funcionamento da natureza, que, para o ser humano, cumprem a função de minimizar ou evitar danos ambientais decorrentes de intempéries naturais, como desequilíbrios hídricos e climáticos e processos erosivos numa escala de abrangência local.

Considerar a natureza um patrimônio coletivo implica uma redefinição do conceito de propriedade. Nessa questão, o sistema jurídico, quando envolvido em pendências ambientais, confronta diretamente o proprietário de um bem contra os interesses da coletividade. Por outro lado, na medida em que o serviço ambiental se dissemina de modo aleatório pela sociedade, o sistema jurídico não teria outra possibilidade que não interpretá-lo como de interesse difuso. Essa é a razão pela qual o Direito, atualmente, concebe a questão ambiental revestida por interesses difusos, que estão em função de um número indeterminado de sujeitos, revelando a recente vulnerabilidade do *status-quo* liberal, centrado no indivíduo e numa visão disciplinar fragmentada⁹. Partindo desse princípio, os estudos sobre o meio ambiente requerem uma nova alternativa; para isso, os pesquisadores de várias formações devem trabalhar em conjunto em prol do entendimento da complexidade ambiental.

Nesse momento, faz-se necessária a desconstrução do pensamento predominante, pois a ciência perdeu suas certezas, conforme Prigogine [14], e a capacidade preditiva, o que inviabiliza a possibilidade de se construir um mundo planejado de maneira centralizada, com base numa racionalidade científica e numa racionalização dos processos sociais.

Nesse contexto, o problema ambiental é fruto de um desconhecimento dos princípios ecológicos que geram “maus comportamentos” nos indivíduos, cabendo, pois, à educação conservacionista, criar um instrumento de socialização humana perante a natureza. Da mesma forma que existe uma retórica afirmando a necessidade de se proteger o meio ambiente, existe um fraco consenso viabilizador de uma reorientação consistente das relações sociais com a natureza. Afinal, compartilhar de uma mesma meta – alcançar uma sociedade sustentável – não significa que os grupos se interessem (Tabela 4) necessariamente por compartilhar das mesmas preocupações e estratégias de execução, quando da formulação de políticas públi-

⁹ Segundo Leff [16], a Educação Tradicional, cujo pilar é o paradigma positivista, agrava o entendimento e a resolução dos problemas ambientais, pois a visão disciplinar, fragmentada do mundo real, nos impede de compreender a ligação entre os elementos causadores dos transtornos hoje vividos pela humanidade.

cas ambientais ou de planos diretores municipais.

A busca do consenso nesse embate de interesses em prol da construção de uma sociedade não é fácil e se torna ainda mais difícil quando a lógica da gestão pública urbana é concentradora, muito embora, o Poder Executivo (Federal, Estadual e Municipal), apresente um discurso descentralizador. Sendo assim, a não existência de uma política habitacional consistente ao longo do tempo nos municípios cria no Poder Público uma maior condescendência em relação à produção ilegal do espaço urbano, que está sob a responsabilidade do município, para o qual cabe a maior parte da competência constitucional de controlar a ocupação do solo.

A lógica concentradora da gestão pública urbana não admite a incorporação ao orçamento público da imensa massa, moradora da cidade ilegal, que reivindica serviços públicos. Assim, seu desconhecimento se impõe, com exceção de ações pontuais definidas em barganhas políticas ou em períodos pré-eleitorais. Essa situação constituiu, portanto, uma inesgotável fonte de clientelismo político – Maricato [15] –, que alimenta o surgimento de problemas ambientais, disseminados por toda área urbana, que, se comparada a um ser humano já estaria em coma profundo, na medida em que, se imaginarmos que as grandes cidades ou concentrações urbanas fossem um indivíduo, os mesmos apresentariam vários sintomas concomitantes (Tabela 5), que poderiam levar ao óbito.

Tabela 4. Grupos de interesse e suas ações na formulação de políticas públicas ambientais.

Grupos de Interesses	Ações
Cidadãos	Podem formar associações de bairro para representá-los na formulação de uma política local, estadual e nacional.
Pequenos Empresários	Podem se articular para criar grupos de pressão (lobbies), a fim de negociar os seus interesses.
Grandes Empresários	Articula-se naturalmente na defesa de seu status-quo por meio de lobbies.
Governo Local, Estadual e Federal	Coordenam e criam espaços para a discussão Federal de uma política.
Organizações sociais	Subsidiam a comunidade com estudos para tomada de decisão.
Autoridades Judiciais	Acompanham as decisões, evitando futuras causas judiciais.

Fonte: Mota [17].

Tabela 5. Cidade Doente-Cidadão Enfermo.

Sintomas	Descrição
Conjuntivite	A cidade em razão da poluição atmosférica e dos prédios tem sua vista inflamada.
Otite	Os bairros de grande movimento de veículos e obras intermináveis, que congestionam o trânsito deixam a população quase surda e, por conseguinte, agredindo aos tímpanos.
Estresse	O pulsar frenético da cidade alimentado pela competição diária leva os cidadãos à beira de um ataque de nervos.
Câncer	Células enfermas, que passaram por obsolescência ou uma ausência da atuação do poder público, que geraram ambientes segregados.
Diarréia	A pobreza se esvai em disenterias provocadas pela falta de higiene e saneamento.
Esquizofrenia	A cidade passa por uma crise de identidade e perda de valores.
Infarto do Miocárdio	O sistema circulatório entrou em colapso, atacado pelo vírus do automóvel, que contamina a atmosfera, e demandam obras como túneis e viadutos, que são verdadeiras pontes de safena.
Amnésia	A cidade perde a sua memória histórica, assaltada pelo processo de especulação imobiliária, desfigurando prédios de valor arquitetônico.

Fonte: Adaptado de Minc [18].

Ao analisar a Tabela 5, percebe-se que os problemas socioambientais decorrem da forma como o ser humano produz o seu espaço urbano, objetivando garantir sua sobrevivência, que, muitas vezes, por não ser pensada, ou melhor, gestada, acaba por acarretar mais inconvenientes quase que insolucionáveis. Tal fato nos possibilita, então, concluir que os eventos da natureza dos trópicos, como as fortes chuvas, por exemplo, não são castigos sazonais da natureza, pois suas repercussões são resultado de uma ação sobre um espaço produzido socialmente, que pode estar mais vulnerável ou não às tormentas de verão.

UMA REFLEXÃO FINAL...

O cerne do debate que se refere à questão ambiental diz respeito à justiça ambiental, conceito que enfatiza a distribuição desigual do risco ambiental entre os pobres e as minorias étnicas, em relação ao conjunto da sociedade como um todo.

A questão central do tema permite constatar que as minorias constituem-se, de fato, em grupos mais expostos aos riscos ambientais e à poluição. Essa constatação nos permite, então, prosseguir a análise com um novo elemento: o conceito de conflito socioambiental. Este é de fundamental importância, pois permite entender o problema ambiental não ape-

nas pela sua face ecológica, mas também pelo critério do conflito de interesse existente entre os diversos atores sociais envolvidos e que, não necessariamente, compartilham o mesmo perfil político, sociocultural ou mesmo econômico, configurando uma relação assimétrica de poder. Assim, torna-se necessário investigar quais são os atores sociais envolvidos com o problema para, a seguir, identificar os que desejam alterar a situação daqueles que não querem.

Dessa forma, trata-se da questão do uso dos recursos naturais não mais por uma ótica unidimensional, focalizando os seus aspectos ecológicos, e sim, interdisciplinarmente, já que são necessários dados tanto das ciências naturais como das ciências sociais. Os conflitos socioambientais são, em síntese, conflitos sociais que possuem elementos da natureza como objeto e que expressam relações de tensão entre interesses coletivos/espços públicos *versus* interesses privados/tentativas de apropriação de espaços públicos, envolvendo o interesse difuso do livre acesso e usufruto dos serviços da natureza para toda a coletividade.

Santos [19] menciona essa ancoragem da questão ambiental na dimensão técnico-natural e argumenta que esta é um triunfo da apresentação sobre a significação. Destaca, ainda, o fato de estarmos vivendo uma época de intenso medo e fantasia, argumentando que antes a natureza podia criar o medo, hoje o medo é que cria uma natureza mediática e falsa, pois uma parte dela é apresentada como se fosse o todo.

Isso, por sua vez, parece criar, mesmo que inconscientemente, uma distinção entre o meio ambiente e a natureza, onde o imaginário coletivo enxerga a natureza com uma áurea limpa, pura; por outro lado, o meio ambiente é visto como um antro da sujeira, do desequilíbrio ou mesmo dos problemas ambientais. Ou seja, tudo se passa como se a natureza dispusesse de uma essência divina, e o meio ambiente, de uma essência humana, segundo Weber [20].

Embora a diferenciação exista, não se pode imaginar que o planejamento e ordenamento do território sejam desvinculados das políticas de desenvolvimento e distribuição dos benefícios sociais por ele gerados, tampouco essas políticas podem ser orientadas pelos tradicionais modelos normativos, que não reconhecem as especificidades das inter-relações dos fatores naturais e culturais de uma dada realidade.

As exigências para o planejamento ambiental interdisciplinar negam a possibilidade de se continuar insistindo nas relações tradicionais do planejador com o seu objeto de estudo, baseadas em postulados que preconizam o distanciamento e a neutralidade entre sujeito-objeto. Os desafios para a aplicação da sustentabilidade do desenvolvimento negam a possibilidade

do planejamento manter a separação entre a teoria e a prática, em que os conhecimentos adquiridos não estejam incrustados nos objetos de sua aplicabilidade no real, destacando, então, a valorização do conhecimento a partir dos saberes das populações locais.

Referências

1. SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986, 207p.
2. DIAS, Genebaldo Freire **Educação ambiental: Princípios e práticas**. 6.ed. São Paulo: Gaia, 2000, 549p.
- 3 LEIS, Héctor Ricardo; D'AMATO, José Luís. **O ambientalismo como movimento vital: Análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial**. in: CAVALCANTI, Clóvis (org.): **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. 2. ed. São Paulo/Recife: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1998, p. 77–103, 429p.
4. JÚNIOR, José Maria de Almeida. **Desenvolvimento ecologicamente auto-sustentável: Conceitos, princípios e implicações**. **Humanidades**, Brasília, v. 10, n. 4, p. 285–299, 1994
5. DAVIDOVICH, Fany. **A Propósito da Eco-Urb's 92: A temática urbana na questão ambiental**. in: IBGE (org.): **Geografia e questão ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, p. 13–23, 1993, 166p.
6. POVEDA, Eliane Pereira Rodrigues; SOARES, Renata Torres; PHILIPPI, Tatiana Tucunduva; MANETTI, Cristiane Teixeira. **Responsabilidade Civil em face do passivo ambiental**. in: JÚNIOR, Arlindo Phillipi; ALVES, Alaôr Caffé. (orgs.): **Questões de direito ambiental**. São Paulo: NISAM/USP; Signus. Coleção de Estudos e Pesquisas Ambientais-CEPA, p. 149–162, 2004, 428p.
7. FILHO, Gino Giacomini. **Ecopropaganda**. São Paulo: Senac, 2004, 215p.
8. FRANCA, Nahyda; LOUREIRO, Carlos Frederico B.; MIRANDA, Moema. **Responsabilidade socioambiental das empresas**. in: CAMARGO, Aspásia; COPABIANCO, João Paulo R.; OLIVEIRA, José Antônio Pupim (orgs.): **Meio ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos pós-Rio 92**. São Paulo: Espaço Liberdade-Instituto Socioambiental. Rio de Janeiro: FGV, p. 409–411, 2002, 460p.
9. KISHINAME, Roberto; GRAJEW, Oded; ITACARAMBI, Paulo; WEINGRILL, Carmen. **Responsabilidade Socioambiental das empresas**. In: CAMARGO, Aspásia; COPABIANCO, João Paulo R.; OLIVEIRA, José Antônio Pupim (orgs.): **Meio ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos pós-**

Rio 92. São Paulo/Rio de Janeiro: Espaço Liberdade/Instituto Socioambiental/FGV, p. 378–394, 2002, 460p.

10. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. in: LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. (orgs.): **Sociedade e meio ambiente: A educação ambiental em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 53–65, 182p.

11. CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, 211p.

12. LAYARGUES, Philippe Pomier. Educação para Gestão Ambiental: A cidadania no enfrentamento político dos conflitos sócioambientais. in: LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. (orgs.): **Sociedade e meio ambiente: A educação ambiental em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 87–155, 182p.

13. FIALHO, Edson Soares. A Geografia escolas e as questões ambientais. **Revista ponto de vista**. Viçosa, n. 5, n. 1, p.49-63, 2008.

14. PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: Tempo, caos e as leis da natureza**. Traduzido por Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 1996, 199p.

15. MARICATO, Ermínia. Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente. in: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (orgs.): **O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 215–232, 2001, 364p.

16. LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Traduzido por Sandra Valenzuela. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002, 240p.

17. MOTA, José Aroudo. **O valor da natureza: Economia e política dos recursos naturais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, 198p.

18. MINC, Carlos. A Ecologia nos barracos da cidade. in: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (orgs.): **O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 233–250, 2001, 364p.

19. SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

20. WEBER, Jacques. Gestão de recursos renováveis: Fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (orgs.): **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: Novos desafios para pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, p. 115–146, 1997, 500p.